"O DINHEIRO É POUCO, MAS NÃO TEMOS ALTERNATIVA": O TRABALHO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO MANUAL DE ESPETINHOS NA COMUNIDADE TRADICIONAL PESQUEIRA E QUILOMBOLA DE SÃO BRAZ[1]

Ana Carolina dos Santos da Conceição[2]

RESUMO

Este artigo analisa as relações de classe, gênero e raça na produção manual de espetinhos na Comunidade Quilombola de São Braz. Inspirada na perspectiva teórica de Karl Marx, a pesquisa investiga a exploração econômica e a marginalização do trabalho manual, destacando o protagonismo feminino em um contexto de opressão capitalista. Além disso, incorpora relatos orais da comunidade, incluindo histórias sobre a expropriação de terras férteis na década de 1960, quando as terras foram destinadas à plantação de bambu para a indústria de papel, impactando diretamente a economia local. As mulheres quilombolas utilizam o bambu na confecção de espetinhos, apesar da pressão exercida pela Fábrica Penha Papéis e das consequências da expropriação territorial. A pesquisa foi fundamentada em entrevistas realizadas na comunidade, incluindo depoimentos de moradores e suas experiências cotidianas. O artigo busca evidenciar a relação entre opressão de gênero, raça e classe, propondo uma reflexão sobre a resistência das mulheres quilombolas na luta contra a exploração e pela preservação de seus direitos. A análise também intersecciona questões ambientais, considerando a contaminação e a precariedade de serviços públicos, além de refletir sobre a saúde das mulheres quilombolas, que lutam contra as injustiças ambientais e sociais.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola São Braz; exploração do trabalho; feminismo; economia marxista; desapropriação territorial.

ABSTRACT

This article analyzes class, gender and race relations in the manual production of skewers in the Quilombola Community of São Braz. Inspired by Karl Marx's theoretical perspective, the research investigates the economic exploitation and marginalization of manual labour, highlighting the role of women in a context of capitalist oppression. It also incorporates oral accounts from the community, including stories about the expropriation of fertile land in the 1960s, when the land was used to plant bamboo for the paper industry, directly impacting the local economy. Quilombola women use the bamboo to make skewers, despite the pressure exerted by the Penha Papéis factory and the consequences of territorial expropriation. The research was based on interviews carried out in the community, including testimonies from residents and their daily experiences. The article seeks to highlight the relationship between gender, race and class oppression, proposing a reflection on the resistance of quilombola women in the fight against exploitation and for the preservation of their rights. The analysis also intersects environmental issues, considering contamination and the precariousness of public services, as well as reflecting on the health of quilombola women, who fight against environmental and social injustices.

Keywords: São Braz Quilombola Community; labor exploitation; feminism; Marxist economics; territorial expropriation.

[1] Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Rafael Palermo Buti.

[2] Graduanda na Licenciatura em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo examina o trabalho das mulheres na produção manual de espetinhos na comunidade quilombola de São Braz, localizada em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano. Sob a ótica das relações de classe delineadas por Karl Marx em intersecção com enfoque nas relações de gênero, pretende-se abordar a desvalorização do trabalho manual das mulheres de São Braz, a exploração por atravessadores, a perseguição da Fábrica Penha Papéis no controle aos bambuzais e ao corte de bambu, bem como o protagonismo feminino nesse contexto.

Marx, em O Capital (1867), discute as relações entre capitalistas e trabalhadores, fundamentais para entender a dinâmica na comunidade de São Braz, onde a exploração e a luta de classes são evidentes. No entanto, diferentemente do que Marx descreve para o trabalho assalariado, a produção dos espetinhos, por ser um trabalho informal, não envolve o pagamento de um salário fixo. Ainda assim, a noção de mais-valia, entendida como a disparidade entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho, pode ser aqui aproveitada, já que o valor gerado pelo trabalho dessas mulheres é significativamente maior do que o retorno financeiro que elas de fato obtêm, uma vez que os atravessadores e a indústria local se beneficiam de seu trabalho sem oferecer uma compensação justa.

A informalidade, portanto, exacerba a exploração econômica, pois a ausência de um salário formal e de proteções trabalhistas permite que o valor produzido exceda em muito o que é apropriado pelos trabalhadores, reforçando as críticas marxistas ao capitalismo em contextos onde o trabalho informal prevalece. Como procurarei mostrar, a expropriação de recursos e a restrição ao acesso ao bambu pela Fábrica Penha Papéis são representativos dos mecanismos de opressão capitalista que Marx identificou como estratégias para subordinar as classes trabalhadoras (Harvey, 2013).

As mulheres de São Braz, enfrentando dupla marginalização tanto de classe quanto de gênero, emergem como figuras centrais na resistência contra essa opressão, um aspecto que os estudos marxistas contemporâneos têm explorado ao integrar a dimensão de gênero nas discussões de classe (Federici, 2017). O objetivo deste estudo é demonstrar como a comunidade quilombola de São Braz utiliza a produção de espetinhos como uma forma de resistência e subsistência, enfrentando simultaneamente a exploração econômica e a opressão territorial. Como quilombola de São Braz, minha justificativa para este estudo reside na necessidade de fortalecer a luta da comunidade contra práticas capitalistas predatórias e de evidenciar as

estratégias de resistência empregadas, especialmente pelas mulheres, no contexto de uma economia globalizada que frequentemente ignora as dinâmicas locais de produção e trabalho.

A metodologia utilizada neste estudo baseia-se em uma combinação de vivência pessoal e pesquisa qualitativa, com ênfase na análise de entrevistas e observação de campo. A abordagem qualitativa é essencial para entender as experiências e percepções das mulheres da comunidade quilombola de São Braz, oferecendo um olhar mais íntimo sobre os desafios enfrentados no processo de produção dos espetinhos e as formas de resistência que elas desenvolvem.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres da comunidade, incluindo aquelas que ainda produzem espetinhos e aquelas que participaram dessa atividade no passado. As entrevistas foram conduzidas com o intuito de captar relatos pessoais sobre o trabalho, os processos de exploração pelos atravessadores, a relação com a Fábrica Penha Papéis e a dinâmica de resistência que se manifesta no cotidiano das trabalhadoras. Além disso, busquei entender as implicações sociais e familiares desse trabalho, que é a principal fonte de renda para muitas famílias da comunidade.

A observação participante foi utilizada para compreender mais profundamente as condições de trabalho, a rotina das mulheres na produção dos espetinhos e o contexto em que esse trabalho ocorre. Durante as atividades de campo, observei a dinâmica do processo de confeccionar os espetinhos, incluindo a coleta do bambu e o trabalho manual envolvido, bem como as interações com os atravessadores e os desafios enfrentados pelas mulheres, como a perseguição pela fábrica e os problemas de comercialização.

Além disso, a pesquisa incorporou uma análise bibliográfica, com foco nas teorias marxistas sobre exploração do trabalho, mais-valia e acumulação primitiva, bem como nos estudos de gênero que abordam as desigualdades sofridas pelas mulheres no contexto do trabalho informal e nas relações de classe. Autores como Karl Marx, David Harvey e Silvia Federici são fundamentais para a análise deste estudo, pois oferecem uma base teórica robusta para entender as dinâmicas de opressão e resistência que permeiam a produção dos espetinhos em São Braz. A essas camadas de opressão e resistência vinculadas à classe e gênero, será incorporado um olhar sobre fenômenos ligados à questão racial e ambiental (Silva, 2012).

Por fim, as entrevistas e observações realizadas serão analisadas à luz da teoria crítica, buscando identificar como as mulheres da comunidade quilombola de São Braz estão resistindo à exploração e ao sistema capitalista que subjuga seus trabalhos e recursos, ao mesmo tempo em que buscam a sobrevivência e a autonomia em um contexto de grande vulnerabilidade social e econômica.

Este estudo tem como objetivo dar visibilidade ao trabalho das mulheres quilombolas de São Braz e à sua luta contra a exploração do trabalho manual na produção de espetinhos. Ao aplicar a teoria marxista e integrar uma perspectiva de gênero, raça e ambiente, espero trazer à tona questões fundamentais que marcam o processo produtivo dos espetinhos em São Braz, mostrando como as mulheres dessa comunidade não apenas resistem à opressão econômica, como também desempenham um papel central na preservação de suas tradições e na luta por justiça social e econômica.

2 A CHEGADA DO MAR VERDE

Cresci ouvindo meu avô contar histórias sobre nossa terra, e uma que nunca me esqueço é sobre a época em que ele tinha uma roça próspera. Ele sempre descrevia como tudo era abundante, como a terra era fértil e a colheita farturenta. A cada vez que ele chegava para vender na feira de Santo Amaro ou em São Sebastião do Passé, os clientes já estavam à espera, ansiosos pelos produtos de qualidade, como bananas, pimenta, quiabo, aipim. A vida naquela terra era boa, dava sustento e dignidade à nossa família. Mas, na década de 1960. Tudo mudou.

Meu avô contava que homens armados, enviados por uma força muito maior que qualquer coisa que ele conhecia, invadiram nossas terras. Eles chegaram com tratores, destruindo a roça, a fonte do sustento da nossa família e de tantas outras. Não adiantou resistir. *"Para preto, tudo é mais difícil"*, ele dizia. Mesmo tentando recorrer, não havia justiça que nos protegesse. E assim, com o peso da injustiça nas costas, nossa comunidade foi expulsa, recebendo uma indenização irrisória e nem todos foram contemplados. No lugar da nossa roça, começou a se formar o que meu avô chamava de *"mar verde"*, uma vasta plantação de bambu, destinada a alimentar a antiga Indústria de Papéis da Bahia (IPB).

Esse processo de expropriação e transformação das terras férteis em monoculturas para a indústria ilustra claramente o conceito de acumulação primitiva (Marx, 1996). Tendo como contexto a Inglaterra do século XVI, Karl Marx a descreve como um momento histórico em que a acumulação de capital se dá pela expropriação da terra e dos meios de produção dos camponeses. Na Europa, o cercamento dos campos resultou na expulsão de camponeses de suas terras, forçando-os a se tornarem trabalhadores assalariados nas cidades. A acumulação primitiva não se limita ao passado europeu; ela ressoa fortemente nas experiências de comunidades quilombolas como a nossa, onde a terra, essencial para a sobrevivência e a cultura,

foi tomada à força e cercada, privando seus habitantes de nela viverem e produzirem de forma autônoma.

Segundo Antonádia Borges, “a terra não é apenas um espaço físico, mas um espaço social que reflete relações de poder e desigualdade” (Borges, 2007, p. 433). Essa afirmação nos convida a refletir sobre como a relação com a terra é indissociável das lutas por justiça social e reconhecimento. A substituição da nossa roça pelo *“mar verde”* de bambu não é apenas uma mudança no uso da terra; é uma violação dos direitos de nossa comunidade, que foi forçada a abandonar sua história e seu modo de vida.

Anos depois, essa indústria foi desativada, mas nosso pesadelo não acabou. Em 2005, outra fábrica, a Penha Papéis, se instalou no lugar. Desde então, continuamos a enfrentar os mesmos desafios: a fábrica, instalada no território quilombola de São Braz, segue expropriando nossas terras e sufocando nossa comunidade. Essa história de expropriação não é apenas sobre perda de terra; é sobre o apagamento de nossa história, sobre a retirada de nossa dignidade.

A chegada da Penha Papéis trouxe um impacto devastador para São Braz. A fábrica lançou suas garras sobre nossa terra e, com ela, vieram as consequências de uma indústria desinteressada em nossa realidade. Desde a sua instalação, a comunidade vem sofrendo com a poluição do rio Pitinga. O descarte de efluentes químicos contaminou a água que antes sustentava a vida no manguezal, matando mariscos e peixes. O mangue, que antes era uma fonte de alimento, hoje está devastado, tingido de vermelho pela poluição, e o cheiro insuportável invade as casas.

Além dos danos ambientais, enfrentamos o que chamamos de racismo ambiental (Silva, 2012; Paraguassu, 2020). A fábrica não apenas destrói nosso rio e mata nossa agricultura familiar, assim como impõe limitações ao acesso ao bambu, um recurso vital que utilizamos para confeccionar os espetinhos, atividade que se tornou essencial para nossa sobrevivência. Os seguranças da fábrica nos perseguem, tratando-nos como criminosos por usarmos o bambu, um recurso que sempre fez parte de nossa cultura e subsistência, apesar de ele estar em nossa própria terra. Essa abordagem revela não apenas uma falta de respeito pela nossa história e pelos nossos direitos, é além disso um profundo desprezo pela nossa dignidade como comunidade quilombola.

A prática de utilizar o bambu é uma tradição enraizada em nossa identidade e nas habilidades que foram transmitidas de geração para geração. No entanto, a Penha Papéis, ao restringir nosso acesso a esse recurso, perpetua um ciclo de marginalização e exploração. Os seguranças, em sua atuação, refletem a lógica de uma indústria que não reconhece a nossa

presença e a nossa conexão com a terra. Essa violência simbólica e física nos transforma de produtores legítimos de nossas culturas e meios de subsistência em transgressores que ameaçam a "ordem" estabelecida pela fábrica. A proibição de usar o bambu, um recurso disponível em nosso território, não só compromete nossa segurança alimentar, assim como serve para silenciar nossas vozes e limitar nossa capacidade de resistência. É uma maneira de criminalizar a nossa luta por sobrevivência e autonomia, enquanto as práticas predatórias da indústria continuam a devastar nosso ambiente e nossa vida comunitária.

O processo de expropriação que vivemos em São Braz não é apenas uma questão de perda de território, mas um reflexo de um sistema econômico que prioriza o lucro em detrimento da vida. A instalação da Penha Papéis representa a continuidade de uma história de injustiça, onde nossas terras são apropriadas sem consentimento e nossa cultura é ameaçada. As consequências dessa expropriação reverberam em múltiplas dimensões da vida comunitária, exacerbando as desigualdades sociais, econômicas e ambientais que enfrentamos diariamente.

Ao relacionar nosso contexto à análise interseccional, fica evidente que as injustiças que enfrentamos não se limitam apenas ao aspecto econômico, mas se entrelaçam com questões de raça e classe. As mulheres, em particular, são duplamente afetadas além das consequências ambientais, elas também enfrentam desafios na luta pela valorização do trabalho que realizam com o bambu. Essa intersecção entre gênero, raça e exploração econômica nos mostra que, para combater essas injustiças, é necessário reconhecer e enfrentar as múltiplas camadas de opressão que estruturam nossa realidade.

3 A PRODUÇÃO DE ESPETINHOS

A produção de espetinhos na comunidade quilombola de São Braz é uma atividade que se desenvolve em um contexto de intensa demanda física e econômica, especialmente para as mulheres, que estão no centro desse processo. Inicia-se com a coleta do bambu, onde as produtoras, frequentemente mulheres, precisam percorrer mais de dois quilômetros, muitas vezes por caminhos de terra e em áreas de difícil acesso, para alcançar as regiões com bambus maduros aptos para o corte. Essa atividade ocorre geralmente ao amanhecer, antes que o calor excessivo do dia se torne insuportável, e não raro envolve riscos de confrontos com os seguranças da fábrica local, que frequentemente as acusam de cortar bambu indevidamente.

Após a coleta, o bambu é transportado para as residências, onde geralmente é realizado em quintais ou áreas abertas, permitindo que a produção se integre à vida cotidiana

da comunidade. Nesse espaço, inicia-se o processo de preparação, que pode levar várias horas. Os primeiros passos incluem a marcação dos bambus, que distingue os destinados a espetos de queijo dos de churrasco. Em seguida, o bambu é cortado em tamanhos específicos, uma tarefa muitas vezes terceirizada a um operador de máquina, que estava cobrando no ano de 2024 entre R$ 6,00 e R$ 15,00, dependendo da quantidade de material.

Seguindo essa etapa, os bambus são rachados na medida exata para moldar os palitos, uma tarefa que exige precisão e é fisicamente exigente, muitas vezes levando à exaustão. A atividade repetitiva resulta em problemas de saúde, como dores nas costas e lombalgias, além de problemas respiratórios decorrentes da inalação do pó de bambu. Após o corte, separação, e a confecção os palitos são secados ao sol em varandas ou quintais, uma etapa essencial para prevenir o mofo e garantir a qualidade do produto final. Essa secagem é facilitada durante o verão, com o tempo máximo de 15 dias. No entanto, entre dezembro e fevereiro, época em que a demanda aumenta, o atravessador de prenome 'Bichão' compra o espetinho toda semana, quando o clima favorece a rápida eliminação da umidade dos palitos, processo que pode levar de um a dois dias para ser concluído.

Uma vez secos, os espetinhos são embalados e preparados para a venda, que geralmente ocorre em mercados locais ou diretamente para os atravessadores. Estes últimos muitas vezes se aproveitam da necessidade urgente de venda das produtoras, adquirindo os espetinhos a preços muito baixos e revendendo-os por valores significativamente mais altos em eventos locais, como o carnaval.

Moradora de São Braz, Dona Lilica relatou em entrevista que essa atividade iniciou-se de forma artesanal, sendo essencial para a geração de renda, especialmente em um contexto onde as alternativas de trabalho eram escassas. Quando Lilica começou a fazer espetinhos por volta dos anos 2000, a atividade se dava de forma precária, utilizando apenas o facão para cortar o bambu no bambuzal, e enfrentando grande resistência e perseguição por parte da fábrica local, a Penha Papéis. A fábrica impôs dificuldades, desde a agressão verbal até a proibição de cortar e transportar o bambu para a comunidade.

Segundo Dona Lilica, o processo de produção começa com a coleta do bambu, que exige esforço físico considerável, exigindo longas caminhadas de ida e volta para alcançar as áreas com bambu maduro. Lilica, assim como varias moradoras da comunidade, explicou que a técnica de verificação da maturação do bambu é simples: basta observar se os gomos têm um aspecto amarelado, o que indica que o bambu está pronto para ser cortado. Caso contrário, o bambu verde não serve para a produção de espetinhos, pois não rende bem e acaba sendo

desperdiçado. A coleta de bambu e a confecção dos palitos exigem precisão e força, tarefas repetitivas que geram exaustão física e problemas de saúde.

Figura 1 - Bambus colhidos

Foto: Ana Carolina (2024).

Após a coleta, o bambu é transportado até as residências, onde começa o processo de corte e preparação dos palitos. Lilica descreve que, no início, o trabalho era feito com ferramentas rudimentares, e o bambu era cortado com o facão e depois *"esmiuçado"* para fazer os palitos. Com o tempo, ela conseguiu atualizar suas ferramentas, adquirindo uma máquina conhecida por *"makita"*, que facilita o trabalho, além de um burro para transportar maior quantidade de bambu. Essa modernização das ferramentas, ainda que simples, trouxe alguma melhoria para o processo, permitindo que Lilica e outros moradores conseguissem produzir em maior escala.

Figura 2 - Produção dos espetinhos

Foto: Ana Carolina (2024).

Após a confecção, os espetinhos são secados ao sol, uma etapa que pode durar até 15 dias, dependendo das condições climáticas. Quando o verão chega, a produção aumenta significativamente, e os atravessadores da região, muitas vezes de fora, vêm em busca dos espetinhos, comprando a preços baixos para revender a valores bem mais altos durante eventos locais, como o carnaval. Nesse processo, a produção manual de espetinhos se conecta diretamente à dinâmica da economia local e ao trabalho precário e informal dos moradores da comunidade.

Figura 3 - Separação dos espetinhos

Foto: Ana Carolina (2024).

Figura 4 - Espetinhos de São Braz

Foto: Ana Carolina (2024).

A descrição da produção de espetinhos em São Braz revela uma situação de exploração econômica profunda, que remete diretamente à teoria marxista sobre mais-valia. A produção, que exige um grande esforço físico e uma dedicação intensa, gera pouco retorno financeiro para os trabalhadores. Dona Lilica ainda relata que, quando começou a trabalhar com o bambu, por cada milheiro de espetinhos, o pagamento era de R$ 5,00, um valor irrisório diante do trabalho árduo e das condições precárias de produção. Esse baixo valor pago aos trabalhadores está diretamente ligado à lógica do capitalismo, onde o valor da mercadoria (no caso, o espetinho) é determinado pela exploração do trabalho manual, sem que as produtoras recebam uma remuneração justa.

Além disso, a fábrica de papel, ao destruir as terras e as plantações dos moradores, expropriou a possibilidade de uma agricultura familiar sustentável e de outras formas de subsistência, gerando uma dependência ainda maior da produção de espetinhos. Ao alegar que a comunidade corta o bambu de maneira errônea, gerando prejuízos e demora na renovação do bambuzal, a fábrica propôs introdução de taxa para fornecer o bambu cortado aos moradores. Isso é um exemplo claro da exploração do trabalho na informalidade, já que os moradores são forçados a pagar por um serviço que deveria ser de sua responsabilidade. A relação de dominação e exploração é evidente quando a fábrica impõe suas condições sem considerar a realidade dos trabalhadores, que, mesmo diante dessa imposição, não aceitam as taxas abusivas propostas.

Essa análise também pode ser ampliada pela perspectiva interseccional, que leva em consideração as dimensões de gênero, raça e classe social. A atividade de produção de espetinhos, predominantemente realizada por mulheres da comunidade quilombola, é uma das

poucas formas de sustento disponíveis para elas, refletindo as limitações impostas pelas desigualdades estruturais. Além disso, Lilica compartilha que, devido à falta de oportunidades, ela precisou trabalhar desde muito jovem, assumindo a responsabilidade de ajudar seus pais na renda familiar, o que também é uma consequência das disparidades educacionais e sociais enfrentadas pelas mulheres negras em comunidades marginalizadas.

O fato de que, atualmente, algumas mulheres como Lilica conseguiram melhorar um pouco sua condição de trabalho por meio da aquisição de novas ferramentas e do aumento do volume de produção, revela a persistência de uma dinâmica de resistência. No entanto, a falta de organização entre as trabalhadoras para formar cooperativas ou buscar formas de comercialização conjunta demonstra a fragilidade da rede de apoio dentro da comunidade, resultado da desconfiança mútua, da falta de recursos e da dificuldade em dialogar sobre as necessidades coletivas. Essa fragmentação é mais um reflexo das condições adversas e da dificuldade de construção de um movimento organizado e forte de resistência contra a exploração.

Os desafios econômicos enfrentados pelas produtoras são significativos, dada a disparidade entre o esforço despendido na produção e a remuneração recebida. Essa situação é agravada pela falta de alternativas de renda, pois a agricultura familiar, tradicionalmente outra fonte de sustento, sofre com a poluição e a expropriação de terras pela fábrica local. Este panorama revela não apenas a dura realidade do trabalho manual em comunidades marginalizadas, bem como destaca a resiliência e criatividade dos moradores de São Braz em sua contínua luta por dignidade e sustento.

4 PRODUTORAS MULHERES, ATRAVESSADORES HOMENS

O trabalho manual, segundo Marx (2002), é profundamente marginalizado no sistema capitalista. Para este autor, o capitalismo tende a desvalorizar o trabalho que não envolve tecnologia avançada ou grandes investimentos de capital. O trabalho manual, que depende do corpo e do conhecimento prático, é visto como inferior. Em São Braz, essa marginalização é evidente na produção de espetinhos. Apesar do esforço físico envolvido desde a coleta do bambu até a fabricação final dos espetinhos, esse trabalho é desvalorizado.

Como mostrado, as produtoras de espetinhos (que realizam todo o trabalho pesado desde a coleta do bambu até a confecção dos espetinhos) recebem uma quantia irrisória pelo seu esforço. Essa disparidade se torna ainda mais evidente quando analisamos quem realmente

se beneficia desse trabalho: os atravessadores. Homens inseridos em melhores condições financeiras do que as mulheres produtoras de espetinhos, os atravessadores atuam como intermediários no processo, lucrando de maneira exorbitante. Compram os espetinhos a preços extremamente baixos e os revendem a valores muito mais altos, especialmente durante eventos como o Carnaval, quando a demanda aumenta e os preços disparam.

Os atravessadores costumam se aproveitar da falta de informação das produtoras sobre o valor real de mercado, manipulando os preços e criando um ciclo de exploração que perpetua a pobreza na comunidade. Além disso, essa alienação também se reflete nas práticas de revenda, onde os atravessadores ocultam informações sobre os preços de venda, explorando o trabalho dos produtores e enfraquecendo os laços comunitários. Essa opacidade permite que os interesses financeiros dos intermediários se sobreponham ao bem-estar coletivo, intensificando a exploração econômica sobre os trabalhadores. Essa dinâmica não apenas desvaloriza o trabalho das produtoras de espeto, tal como enfraquece a solidariedade comunitária, à medida que os interesses financeiros dos atravessadores se sobrepõem aos vínculos entre os trabalhadores.

Essa dinâmica revela não apenas a exploração econômica que os produtores enfrentam, mas também as formas como os capitalistas se apropriam do valor gerado pelo trabalho duro da comunidade. A diferença entre o que as trabalhadoras recebem e o preço final pago pelos consumidores ilustra claramente a relação de mais-valia, onde os lucros exorbitantes dos capitalistas são construídos sobre a precarização do trabalho de quem produz. Enquanto o milheiro de palitos de queijo está sendo vendido em 2024 por R$ 12,00 e o de churrasco por R$ 15,00 para os atravessadores da comunidade, esses preços são substancialmente aumentados para os consumidores externos, onde podem alcançar de R$ 25,00 a R$ 30,00. A diferença entre o valor que as trabalhadoras recebem e o preço final cobrado é o que sustenta o lucro dos intermediários e, por extensão, dos capitalistas.

Essa realidade se alinha com a crítica de Marx sobre como o capitalista se apropria do excedente gerado pelo trabalhador. Na prática, Lilica e outras mulheres de São Braz dedicam-se arduamente à produção, enfrentando desafios como a falta de recursos e a perseguição da fábrica, que impede o acesso ao bambuzal. O lucro obtido pelos homens intermediários não reflete o valor do trabalho investido pelas mulheres, mas sim uma estratégia de exploração que perpetua a pobreza e a dependência da classe trabalhadora.

Por isso, a produção de espetinhos em São Braz exemplifica de maneira clara as tensões nas relações de classe descritas por Karl Marx, além de revelar nuances importantes que vão além da simples exploração econômica. A comunidade quilombola, que foi expropriada

de suas terras e forçada a adaptar-se a novas formas de subsistência, se vê em uma batalha contínua não apenas contra a exploração, além disso para a preservação de sua identidade cultural e dignidade. Ao dependerem do bambu e continuarem habitando o território expropriado sob outra condição, a comunidade reforça sua identidade territorial, ainda que sob o julgo de mecanismos alienatórios.

A alienação, segundo Marx (2002), configura-se como uma relação contraditória entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, além de afetar sua própria conexão com o ato de produzir. Esse processo de objetivação torna o trabalhador um estranho para si mesmo, para os outros e para o ambiente em que vive. Como coloca Marx: "A apropriação surge como alienação, e a alienação como apropriação" (Marx, 2002, p.122). O trabalhador não pertence à natureza nem a algo divino, mas a um ente distinto dele próprio: o capitalista. Ao fabricar uma mercadoria sobre o qual não agrega o real valor do seu trabalho, ele também se transforma em uma, sendo reduzido a um instrumento para a acumulação de riqueza de outros. Assim, ao produzir uma mercadoria, o próprio trabalhador passa a ser tratado como tal, reduzindo-se a um objeto. Ao mesmo tempo, produzir espetinhos é não apenas uma resposta à necessidade econômica das famílias, tal como um ato de resistência e resiliência cultural que encontra suporte em um território ancestral que foi usurpado. Os membros da comunidade, ao confeccionar espetinhos, não apenas geram renda, mas reestabelecem uma conexão com suas tradições e práticas ancestrais ameaçadas pelas fazendas e pelas indústrias.

Assim, ao observar o processo de produção e as relações de poder envolvidas, é evidente que a comunidade quilombola de São Braz vive uma realidade que exemplifica a teoria marxista. Os trabalhadores, que deveriam ser os beneficiários diretos de seu trabalho, acabam relegados a um papel subalterno, alienados da terra e do valor do trabalho, recebendo apenas uma fração do que geram, enquanto os intermediários acumulam lucros significativos às custas de sua mão de obra.

5 O PROTAGONISMO FEMININO

Cotidianamente, as mulheres quilombolas lidam com opressões específicas como:

> A sobrecarga do trabalho para o sustento, do trabalho na terra e do cuidado do lar e da coletividade; o engajamento na luta pelo território e pela sobrevivência; o enfrentamento da violência de gênero, doméstica e dos conflitos territoriais. São mulheres que sempre trabalharam no campo e em outras atividades para garantir seu sustento e da família. Mulheres que cuidam dos afazeres do lar e, no entanto, mesmo

> de forma indireta, não deixam de ser lideranças e trabalhar pela proteção da comunidade, agindo pela defesa e promoção de outras mulheres — ações que caracterizariam como feministas, um termo, aliás, estranho para muitas comunidades (Sousa *et al.*, 2020, p. 90).

Como descrito, em São Braz as mulheres são as verdadeiras protagonistas na produção de espetinhos e na resistência cotidiana contra a opressão econômica e territorial. Elas se destacam como as principais responsáveis pelo trabalho árduo de transformar o bambu em uma fonte de renda, enquanto lutam para preservar suas famílias e o território que lhes foi tirado. O dia a dia dessas mulheres é um retrato da resiliência e da força que carregam diante das adversidades.

Essas mulheres, além de manterem vivas as tradições de subsistência, são peças-chave na organização da resistência da comunidade. Elas utilizam seu trabalho como uma forma de ressignificar o território que foi expropriado. As mulheres negras e quilombolas, ao longo da história, têm desempenhado papéis essenciais na resistência à exploração e marginalização, atuando como protagonistas em movimentos de resistência e defesa de direitos coletivos. A produção de espetinhos, nesse contexto, é mais do que uma simples atividade econômica; é um ato de resistência cultural e política.

Entretanto, a luta das mulheres de São Braz não se limita à resistência territorial. Elas enfrentam uma dupla e, muitas vezes, tripla marginalização de classe, gênero e raça que as coloca em uma posição de extrema vulnerabilidade. Essa interseccionalidade é fundamental para entender a realidade dessas mulheres. No sistema capitalista, a exploração das mulheres é intensificada pela desvalorização de seu trabalho, tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo, o que perpetua desigualdades de gênero e contribui para sua marginalização. No caso das mulheres quilombolas, essa exploração é ainda mais intensa. Elas não apenas são invisibilizadas pelo sistema, para além disso sofrem os impactos da expropriação de suas terras e da falta de alternativas econômicas justas.

Durante algumas entrevistas por mim realizadas, muitas mulheres relataram as dificuldades que enfrentam. Por exemplo, Joelma, uma das produtoras de espetinhos da comunidade, mencionou que a pressão para vender os espetinhos por preços baixos a força a aceitar valores injustos dos atravessadores, que se aproveitam da necessidade urgente de venda. Essa situação exemplifica a marginalização econômica que agrava a já precária condição social dessas mulheres.

Além disso, trago também minha própria trajetória na produção de espetinhos e palitos. Comecei a confeccionar os palitos de churrasco e queijo aos 13 anos, enquanto ainda

cuidava de seus dois irmãos, já que minha mãe trabalhava muito no mangue, roças e feitura do espetinho. A casa onde morávamos era uma pequena construção de taipa, com apenas dois cômodos, e meu pai, que trabalhava com pinturas, passava muito tempo fora. Para conseguir conquistar o que queria, como um celular ou roupas, eu me dedicava ao trabalho manual, mesmo com todas as dificuldades. Eu ficava horas do meu dia, às vezes até 8 horas, fazendo os palitos. Nos finais de semana, esse tempo aumentava. A cada semana, produzia entre 60 a 100 reais, mas o trabalho era árduo. Eu e meus parentes tínhamos que ir até o bambuzal, onde enfrentavam o medo dos seguranças das fábricas locais, que acusavam o corte indevido do bambu. Além disso, o processo de produção era desgastante, pois os palitos precisavam ser deixados ao sol todos os dias, para evitar que mofassem.

A produção de palitos tinha seus altos e baixos, com atravessadores que pagavam preços muito baixos. Lembro que o atravessador local pagava 10 reais por milheiro, mas os forasteiros chegavam a pagar até 30 reais. No entanto, os forasteiros só apareciam no verão, enquanto o atravessador local estava disponível durante todo o ano. A situação de desvalorização do trabalho me fez, com o tempo, tornar-se minha própria atravessadora, revendendo os palitos para mercadinhos da cidade de Santo Amaro, enquanto o atravessador da comunidade pagava 12,00 no milheiro de palito de queijo, vendia aos de fora por 30,00 cada milheiro, porém a encomenda era pouca, apenas dois a três mil palitos a cada 20 dias. Conseguia produzir até 10 mil palitos por semana e os revendia, mas mesmo sendo minha própria intermediária, as condições de trabalho eram pesadas. "Sentia muitas dores nas costas, calos e cortes nas mãos",

Essa trajetória exemplifica a resistência das mulheres de São Braz, que, mesmo diante das dificuldades, seguem trabalhando para garantir a sobrevivência de suas famílias. No entanto, as dificuldades vão além do trabalho árduo. As mulheres quilombolas frequentemente têm que conciliar o trabalho de produção e venda de espetinhos com as responsabilidades familiares. Muitas vezes, elas são as principais cuidadoras, o que limita ainda mais suas oportunidades de emprego e renda. Essa sobrecarga de trabalho, que inclui tanto o trabalho produtivo (como a venda de espetinhos) quanto o reprodutivo (cuidar da casa e da família), contribui para sua marginalização e vulnerabilidade. A falta de políticas públicas adequadas que garantam direitos e acesso a recursos também é um fator que perpetua essa marginalização.

Dona Zelinda, uma senhora de 76 anos, nascida e criada em São Braz, compartilhou em sua entrevista uma perspectiva sobre a realidade antes da chegada da fábrica. Segundo ela, a comunidade se sustentava principalmente da pesca e da coleta de araçá. A economia local era baseada na pescaria e na agricultura, com destaque para o cultivo de quiabo e araçá. Ela recorda

do tempo em que era necessário atravessar a pista para catar quiabo e levar comida para seu marido. Dona Zelinda também mencionou a abundância de araçá na região, destacando que "depois da chegada dessa fábrica e desse bambu, foi o fim para os pais de família, agora só se vê pinho e bambu".

A marginalização de classe, que envolve a exploração econômica das trabalhadoras que produzem espetinhos por preços baixíssimos, se agrava pela marginalização de gênero. As mulheres, sendo as principais responsáveis pela produção, lidam com jornadas extenuantes e condições de trabalho precárias. Enquanto os homens da comunidade, em grande parte, se dedicam à pesca, elas são deixadas com o trabalho manual de confeccionar os espetinhos, o que traz sérios problemas de saúde. Além disso, as práticas predatórias dos atravessadores reforçam essa opressão. Como vimos, eles compram os espetinhos diretamente das produtoras a preços extremamente baixos, frequentemente inferiores ao custo de produção. Esse comportamento é alimentado pela vulnerabilidade das trabalhadoras, que, em busca de garantir uma renda, aceitam condições desfavoráveis. Após a compra, os atravessadores revendem os espetinhos a preços significativamente elevados, obtendo lucros que chegam a ser triplicados em relação ao valor pago às produtoras.

Embora a sociedade brasileira tenha passado por algumas transformações ao longo do tempo, as características femininas e as habilidades sociais, intelectuais e morais das mulheres quilombolas continuam a ser alvo de estigmatização. Esse estigma evidencia como o racismo atua na desumanização e na marginalização das mulheres negras, que permanecem na base da pirâmide social, em contraste com a população branca, que ocupa o topo dessa hierarquia (Carneiro, 2003). A resistência dessas mulheres, no entanto, vai além da simples sobrevivência. Ao continuar produzindo os espetinhos, mesmo diante de todas as adversidades, elas desafiam as estruturas de opressão que tentam controlá-las.

Essa resistência, ainda que silenciosa, é uma forma de reapropriação da autonomia e do território. Assim, o trabalho manual, que muitas vezes é desvalorizado pela sociedade, torna-se uma arma de resistência e sobrevivência, provando que, apesar das adversidades, as mulheres de São Braz continuam a lutar pelo seu espaço, por suas terras e por sua dignidade. O protagonismo feminino na produção de espetinhos não é apenas uma questão de trabalho manual; é uma luta constante contra a opressão capitalista e patriarcal. Como nos lembra Audre Lorde, "a transformação do silêncio em linguagem e ação é um ato de auto-preservação". Ao se levantarem todos os dias para produzir os espetinhos, essas mulheres estão criando sua própria forma de linguagem e ação, resistindo e desafiando as injustiças que as cercam.

A produção de espetinhos na comunidade quilombola de São Braz não é apenas uma atividade econômica; ela é uma prática profundamente enraizada nos laços coletivos e familiares que são constitutivos da comunidade. Durante as entrevistas, muitos moradores ressaltaram como a fabricação e a venda de espetinhos se transformaram em uma estratégia essencial para trazer sustento para casa. Essa colaboração entre familiares e vizinhos fortalece não apenas a economia local, mas também a coesão social, criando uma rede de apoio mútuo onde todos trabalham em conjunto para superar as adversidades.

Entretanto, é fundamental não romantizar essa realidade. Embora o fazer espetinho represente uma forma de resistência e sobrevivência, as famílias enfrentam grandes dificuldades para acessar oportunidades de trabalho formal, especialmente na indústria, que muitas vezes é inacessível devido à falta de qualificações, transporte e inclusão no mercado de trabalho. Os relatos de trabalhadores como Lilica e outros membros da comunidade evidenciam como as barreiras econômicas e sociais limitam suas opções, forçando-os a permanecer em atividades informais, que, apesar de garantir uma renda, não oferecem segurança nem benefícios.

Portanto, essa prática coletiva de produção de espetinhos não é apenas uma luta pela sobrevivência; é um testemunho da resiliência e da força da comunidade frente à exploração e às dificuldades impostas por um sistema que frequentemente marginaliza suas vozes. O ato de fazer espetinho, portanto, se torna um símbolo de resistência, onde cada espetinho vendido é uma afirmação de identidade, luta e solidariedade familiar.

6 OPRESSÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DA PENHA PAPÉIS

A Penha Papéis S.A., situada na Fazenda Pitinga, BR 420, Km 16, dentro do Território Quilombola de São Braz, foi instalada em 2005 nas instalações da desativada Indústria de Papéis da Bahia LTDA (IPB). A empresa tem como objetivo a produção de chapas e embalagens de papelão ondulado e de papéis reciclados, atendendo ao mercado nacional. Contudo, a sua atividade industrial tem gerado um alto índice de poluição, principalmente por meio do descarte de efluentes no rio Pitinga, que, por sua vez, contamina o rio Subaé, o estuário e a Baía de Todos os Santos.

Os impactos ambientais são particularmente evidentes em pontos de pesca da comunidade, como Tatiba, Coroa de Fora, Rio da Penha e São Bento. Nesses locais, a poluição gerada pela fábrica é visível, afetando diretamente a fauna marinha e os manguezais. Os

produtos químicos despejados na maré cheia atingem os manguezais, provocando sérios danos ao ecossistema local e comprometendo a segurança alimentar da comunidade. Em 2012, o órgão ambiental (IMA), registrou uma denúncia sobre a mortandade de peixes no rio Subaé. No mesmo ano, a indústria Penha Papéis foi penalizada com uma interdição temporária por realizar o lançamento de seus efluentes no rio Pitinga sem a devida autorização. Em 2013, a empresa foi multada por descumprir os padrões estabelecidos para o descarte de efluentes. No ano seguinte, em 2014, a Penha enfrentou mais duas multas, uma por lançar efluente sem a autorização adequada e outra por despejar efluentes brutos no rio Pitinga. Em 2016, a empresa recebeu outra penalidade por ter ampliado seu sistema de tratamento de efluentes sem a autorização do órgão ambiental. Já em 2019, a fábrica alegou que o descarte de seus efluentes está em conformidade com as normas estabelecidas pelas resoluções do CONAMA.

A comunidade quilombola de São Braz enfrenta uma situação crítica de opressão ambiental e territorial. Desde a instalação da Penha Papéis, a degradação ambiental no território é devastadora, afetando diretamente a vida dos moradores. O rio Pitinga, antes fonte de sustento, está agora contaminado pelos dejetos químicos despejados pela fábrica, resultando em sérios danos ao manguezal e ao ecossistema local**.** Várias denúncias foram feitas por moradores e organizações ambientais sobre a poluição do rio, evidenciando o descaso das autoridades em relação à saúde ambiental da comunidade. Como resultado, o pescado diminuiu drasticamente, e o que antes era uma fonte de alimentos e renda para a comunidade tornou-se uma luta constante pela sobrevivência.

Segundo o Portal Eletrônico Brasil237 (2013), em 2013 além da mão de obra das cooperativas envolvendo uma estimativa de 28 mil pessoas, a Penha gerava aproximadamente 1,5 mil empregos diretos. Neste mesmo ano, de acordo com Santos (2013), ela empregava cerca de 10 pessoas da Comunidade de São Braz. A Penha Papéis, enquanto alega manter um "bom relacionamento" com a comunidade, tem um papel crucial nas dinâmicas locais de exploração e resistência. Em entrevista com um segurança da fábrica que prefere não ser identificado, ele destacou que a área de plantação de bambu da empresa abrange São Braz, Santa Elisa e a cidade de Cachoeira. Embora a fábrica permita que moradores cortem bambu na área do aterro sanitário (área do Bambuzal que pertence a Prefeitura de Santo Amaro) o controle sobre o uso do bambu para a confecção de espetinhos e outras atividades é rigoroso. O segurança revelou que o corte do bambu realizado pela fábrica ocorre o ano todo, porém, na nossa comunidade acontece a cada dois anos, entre março e setembro, e que, embora ele tenha orientado moradores sobre o corte adequado, já enfrentou represálias por permitir que a comunidade tivesse acesso ao recurso. Explicou também que o bambu é triturado para aquecer a caldeira.

As comunidades quilombolas, que têm uma forte conexão histórica e cultural com a terra, muitas vezes se veem lutando contra a degradação ambiental e a exploração de seus territórios, o que intensifica as injustiças sociais e ambientais que enfrentam. Essa realidade revela a intersecção entre racismo, desigualdade social e danos ambientais, sendo fundamental reconhecer e valorizar a luta dessas comunidades na preservação de seus direitos e na proteção de seus territórios. Isso fica claro em São Braz, onde os moradores, historicamente expropriados de suas terras, agora enfrentam também a destruição dos recursos naturais que restaram. A água do rio, que antes servia para a pesca e o consumo, está poluída e imprópria para uso, afetando diretamente o modo de vida da comunidade. Esse racismo ambiental reforça as desigualdades já existentes, já que os grandes responsáveis pela poluição não são penalizados, enquanto os quilombolas sofrem as consequências.

Apesar de a Penha Papéis afirmar que segue todos os requisitos legais e que seus resíduos passam por um processo de tratamento antes de serem lançados no rio, relatos de pescadores contradizem essa narrativa. Antigamente, o rio era um espaço de lazer e de uso doméstico, mas a comunidade agora se vê obrigada a evitar o contato com suas águas devido ao elevado nível de poluição.

A situação se agrava durante o período de chuvas, quando a empresa libera seus efluentes, intensificando ainda mais a contaminação. Essa realidade resulta em uma alta taxa de mortalidade de pescados e mariscos, colocando em risco a principal fonte de renda da comunidade. Em julho de 2020, por exemplo, houve um evento alarmante de mortalidade de peixes, quando moradores notaram o escurecimento das águas, evidenciando o crime ambiental perpetrado pela fábrica.

A terra e o território possuem significados e usos diversos. Eles englobam o plantio, a produção, as vivências, as expressões culturais, as celebrações, a construção de espaços sagrados e o fortalecimento dos vínculos com as memórias ancestrais. As relações e os modos de vida estão interligados a outras dimensões culturais e simbólicas, além de aspectos político-organizacionais, como as lutas por reconhecimento e direitos (Souza, 2016; Silva, 2012).

A comunidade quilombola de São Braz enfrenta, assim, um cenário de racismo ambiental, em que a Penha Papéis não apenas ameaça a saúde pública, outrossim a subsistência e o bem-estar dos moradores, ao comprometer sua capacidade de pesca e, consequentemente, sua segurança alimentar. Esse contexto evidencia a necessidade urgente de políticas efetivas que abordem os impactos ambientais e sociais gerados pela atuação da indústria, em respeito aos direitos das comunidades locais.

Outro aspecto central da opressão territorial em São Braz é o conflito pelo uso do bambu. O bambuzal, que ocupa as terras onde os quilombolas antes cultivavam suas roças, tornou-se uma fonte de disputa entre a comunidade e a fábrica Penha Papéis. Os moradores dependem do bambu para a produção dos espetinhos, uma das poucas alternativas de renda que restaram após a expropriação das terras. No entanto, o corte do bambu é controlado pela fábrica, que utiliza a planta como combustível para suas caldeiras. Isso gera uma situação de injustiça ambiental, onde os quilombolas, que deveriam ter o direito de usufruir dos recursos naturais de suas terras, são perseguidos e impedidos de acessar o bambu.

A perseguição sofrida pelos moradores de São Braz, que muitas vezes são ameaçados fisicamente por seguranças da fábrica, é um claro exemplo dessa dinâmica. Ao serem impedidos de cortar o bambu para a confecção dos espetinhos, a comunidade é forçada a buscar alternativas econômicas ainda mais limitadas, enquanto a fábrica continua a explorar o território sem oferecer compensações justas.

Esse cenário evidencia uma luta por direitos territoriais que vai além da simples utilização do bambu. A questão central é o direito da comunidade quilombola de controlar e usufruir dos recursos de suas terras, algo que lhes é negado sistematicamente. A fábrica não apenas expropriou as terras férteis de São Braz, consequentemente impôs barreiras ao uso sustentável dos recursos naturais, perpetuando a opressão e exploração econômica da comunidade.

Além disso, esse conflito simboliza uma resistência que não se limita apenas à sobrevivência material, bem como à manutenção da identidade cultural e territorial dos quilombolas. O espaço geográfico é, antes de tudo, uma construção social, e o território quilombola é uma extensão das lutas e resistências históricas dessas comunidades. A contínua resistência ao controle da fábrica sobre o bambu é, portanto, uma forma de afirmar a identidade e a autonomia dos moradores de São Braz, mesmo diante de uma realidade de opressão e exploração.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da comunidade quilombola de São Braz é marcada por uma longa trajetória de resistência frente à opressão econômica, territorial e ambiental. Desde a expropriação de nossas terras férteis para a instalação de monoculturas e, mais tarde, da

indústria Penha Papéis, enfrentamos desafios que ameaçam tanto nossa subsistência quanto nossa identidade cultural.

Quando analisamos a produção de espetinhos em São Braz, percebo que é importante ir além da perspectiva marxista. Devemos também considerar a interseccionalidade que envolve raça, gênero e questões ambientais. O que vivemos é parte de uma luta de classes, onde o capital marginaliza o trabalho manual, especialmente o das mulheres da nossa comunidade. Elas são o coração desse processo, enfrentando não só a exploração econômica, mas também a dupla marginalização de gênero. A invisibilidade do seu trabalho e a pressão exercida por atravessadores tornam essa luta ainda mais desafiadora.

O racismo ambiental se apresenta como um dos maiores obstáculos para nós. A nossa comunidade, que sempre foi tão rica em recursos naturais, agora enfrenta a degradação causada por grandes indústrias. A poluição dos rios e dos manguezais, e a perseguição ao uso do bambu, mostram claramente como somos as mais afetadas por essa injustiça ambiental.

Neste artigo, busquei mostrar não apenas a resistência da comunidade quilombola de São Braz, além disso denunciar as práticas de expropriação e exploração que nos impõem um sistema econômico que valoriza o lucro acima da vida. A luta que travamos não é apenas por direitos econômicos ou ambientais, mas por uma sobrevivência digna e pelo nosso direito de permanecer em um território que nos pertence por herança ancestral.

Embora a instalação de indústrias como a Penha Papéis tenha sido inicialmente vista como uma oportunidade de emprego e renda, os impactos ambientais decorrentes de suas atividades têm gerado prejuízos à comunidade. Uma proposta viável é a criação de um planejamento territorial participativo, que possibilite à comunidade traçar suas próprias estratégias de proteção e desenvolvimento. Dessa forma, a luta pela titulação do território quilombola e pela recuperação de áreas degradadas se torna ainda mais relevante, fortalecendo a resistência contra a poluição e promovendo um futuro mais saudável e justo para a comunidade de São Braz.

Por isso, é importante ampliar o debate sobre a justiça social e territorial das comunidades quilombolas, fortalecendo nossa autonomia e garantindo a reparação histórica pelas expropriações que sofremos ao longo dos anos. Espero que este estudo sirva como um convite à reflexão e ao engajamento na defesa dos direitos de nossa comunidade, que, mesmo diante de tantas adversidades, continua a lutar com coragem e dignidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, S. (2003). **Mulheres em Movimento.** ***Estudos Avançados*****,** *17*(49), 117-133. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/14647/3/dicionario%20critico-repositorio.pdf. Acesso em: 9 out. 2024.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **A Terra e os Direitos das Comunidades Quilombolas.** Brasília: Editora Planalto, 2015.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GOMES, N. L. (2002). **Educação e identidade negra. Aletria: Revista de Estudos de Literatura,** 9(1), 38-47.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 198p.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O manifesto comunista.** De: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras completas. São Paulo: Editora Boitempo, 2007. p. 123-145.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regente de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981

PENHA. Quem somos. Disponível em: http://www.penha.com.br/5/quemsomos.html. Acesso em: 30/08/2024a.

Nascimento, A. (2018). ***O Quilombismo***. Rio de Janeiro: Ipeafro.

PENHA. **Nossa História**. Disponível em: http://www.penha.com.br/6/nossahistoria.html. Acesso em: 30/9/2024b.

PENHA. Unidades. Disponível em: http://www.penha.com.br/1/unidades.html. Acesso em: 30/9/2024c.

PENHA. Certificações. Disponível http://www.penha.com.br/9/certificacoes.html. Acesso em: 4/9/2024d.

Poluição das águas – Penha Papéis. Disponível em: https://umoutroceu.ufba.br/2021/10/06/poluicao-das-aguas-penha-papeis/. Acesso em: 9 out. 2024.

Prefeitura de Santo Amaro Intervém no Aterro Sanitário. Jacuípe Notícias. .Disponível em: http://www.jacuipenoticias.com/politica/marco-2017/aterro-amaro.html. Acesso em: 28/9/2024.

Portal Eletrônico Brasil237. “A Penha Papéis é um caso extraordinário.” .Disponível em: https://www.brasil247.com/geral/a-penha-papeis-e-um-caso-extraordinario. Acesso em: 30/9/2024.

OLIVEIRA, G. M. S. **Políticas Afirmativas e a Identidade Quilombola na Escola: a Lei 10.639/2003 em São Braz / Santo Amaro - Bahia**. Orientador: Prof. Dr. José Roberto Severino. 2015. 128 f. Dissertação (mestrado)- Programa Multidisciplinar de PósGraduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salva, 2014.

PARAGUASSU, Eliete. Racismo ambiental por Eliete Paraguassu, marisqueira e quilombola da Ilha de Maré - Salvador/BA. CUMULUS TV, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EFqY8a4l5qc. Acesso em: 1/11/2024.

Remanescentes de Quilombo de Acupe, Associação de Pescadores e Marisqueiras Frutos do Mar – Santo Amaro, Comunidade Remanesce. Carta em Defesa do Território Quilombola da Ilha de Cajaíba. ., 2011. Disponível em: https://uniaocampocidadeefloresta.wordpress.com/2011/04/14/ba-–-carta-abertaem-defesa-da-ilha-de-cajaiba/. Acesso em: 19/9/2024.

SANTOS, A. D. A. Ancestralidade e História no Recôncavo Baiano: Construção do Conhecimento Ancestral no Povoado de São Braz, em Santo Amaro. Orientador: Alfredo Eurico Rodrigues Matta. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Milton**. Geografia do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Editora Hachette, 2000.

SILVA, Carmen. **Racismo Ambiental: A Construção do Conceito e a Luta das Comunidades.** São Paulo: Editora XYZ, 2018.

SOUSA, A. C., LIMA, D. G.; SOUSA, M. A. (2020). Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. *In*: S. S. Dealdina (Org.), **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas (pp. 87-96). São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra.